ISSN: 1806-549X
16º FEPEG
FÓRUM DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E GESTÃO
Unimontes: 60 anos integrando Universidade-comunidade através do ensino, pesquisa e extensão
2022
FADENOR
Unimontes
Universidade Estadual de Montes Claros

AUTOR(ES): JULIANA DE MELO JORGE, MARÍLIA BORBOREMA RODRIGUES CERQUEIRA e TALITA GABRIELE PEREIRA BRITO.

A POLÍTICA BRASILEIRA E O DIREITO À SAÚDE DAS PESSOAS QUE VIVEM COM HIV/AIDS

RESUMO: Desde o início da epidemia HIV/AIDS, os diferentes governos constituem uma política de Estado voltada para controle do vírus. O Brasil, por meio da Lei 9.313/96, é visto como modelo de resposta, uma vez que são ofertados tratamento e acompanhamento via SUS, que é garantidor do direito fundamental a saúde das pessoas que vivem com HIV/AIDS (PVHA). Essa garantia demonstra que o direito à saúde é inalienável, como estabelecido na Constituição de 1988 e na Declaração dos Direitos Humanos. O objetivo deste trabalho foi analisar fatos da política brasileira e taxa de infecção HIV/AIDS nos anos de 2017 a 2021, por meio de dados do Ministério da Saúde. Foi adotada pesquisa bibliográfica e documental, contemplando doutrinas, artigos, Leis e Constituição/88. A amostragem utilizada foram os anos de 2017 e 2018, período sem pandemia de COVID-19 e anterior governo, e os anos de 2019 a 2021, período da pandemia e atual governo. Como resultados principais, na atual política, são questionadas categorias como "gênero", "diversidade sexual" e "redução de danos", que são, historicamente, temas de prevenção. No ano de 2019, no mandato do atual governo, foram realizadas mudanças no Departamento responsável que hoje é o Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. A mudança fez com que recursos fossem redirecionados para diversas enfermidades. Com base nos números de casos notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN, foram registrados, nos anos de 2017 e 2018, respectivamente, 44.443 e 45.431 casos notificados por diagnósticos. Já nos anos de 2019, 2020 e 2021, ocorreram reduções, possuindo números, respectivos, 17.873, 13.677 e 15.220 notificados. No que se refere ao tratamento de PVHA, no atual governo, com base no Relatório de Monitoramento Clínico do MS, foi visto que houve uma diminuição nos tratamentos em 2020, que pode ser devido à mudança no Departamento ou "efeito da pandemia", considerando que a orientação era "ficar em casa". Em 2021, houve um aumento na procura, decorrente da melhora da pandemia COVID-19. Conclui-se que, embora tenha havido redução no número de casos diagnosticados, os diferentes acontecimentos no campo governamental podem afetar aspectos de enfrentamento do HIV/AIDS, retirando direito à saúde e alterando respostas adequadas à epidemia.

PALAVRAS-CHAVE: HIV. AIDS. Política. Direito à Saúde.

Agradecimentos: a UNIMONTES, pela ICV.